INTEGRAÇÃO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARQUE DAS DUNAS (RN)

Elayne Rayssa Dias de Oliveira Cardoso[1]
Jamila Amaral Nóbrega de Medeiros[2]
Leandro Silva Costa[3]
André Luiz Lopes Toledo[4]

Resumo: O Parque Estadual das Dunas de Natal (RN), maior fragmento urbano de Mata Atlântica do Nordeste, exerce papel relevante na conservação e na Educação Ambiental. O estudo qualitativo analisou ações educativas realizadas no Bosque dos Namorados, como trilhas interpretativas, oficinas e projetos que promovem sensibilização ambiental. Apesar dos avanços, ainda há desafios, como ampliar a acessibilidade dos materiais e criar indicadores de impacto. Portanto, evidencia-se que a integração da Educação Ambiental ao Parque das Dunas fortalece seu papel socioambiental e contribui para os ODS 4, 11 e 15, configurando-o como referência em Educação Ambiental urbana.

Palavras-chave: Parque das Dunas; Educação Ambiental; Sustentabilidade; ODS.

Abstract: Natal State Dunes Park (RN, Brazil), the largest urban fragment of Atlantic Forest in the Northeast, plays a significant role in conservation and environmental education. This qualitative study analysed educational activities carried out in the Bosque dos Namorados, such as interpretive trails, workshops, and projects that promote environmental awareness. Despite the progress achieved, challenges remain, such as expanding the accessibility of educational materials and developing impact indicators. Therefore, it is evident that the integration of environmental education into the Dunes Park strengthens its socio-environmental role and contributes to SDGs 4, 11, and 15, establishing it as a reference in urban environmental education.

Keywords: Parque das Dunas; Environmental Education; Sustainability; SDGs.

[1] Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN. E-mail: elayneraysssa@gmail.com
[2] Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN. E-mail: jamillanobrega@gmail.com
[3] Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN. E-mail: leandrobiocosta@gmail.com
[4] Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN. E-mail: andre.lopes@ifrn.edu.br

Introdução

O Parque é gerido pelo Instituto Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, é reconhecido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasileira e declarou-a como "Patrimônio Ambiental da Humanidade" (IDEMA, 2023).

Apesar do reconhecimento do Parque como espaço de conservação e educação, observa-se que a efetividade das práticas de Educação Ambiental ainda enfrenta desafios relacionados à participação, à diversificação de recursos e ao engajamento da comunidade. O Bosque dos Namorados recebe, em média, 10 mil visitantes por mês, provenientes da Grande Natal, de municípios vizinhos, de outros estados e de turistas internacionais, que buscam experiências de desconexão urbana, como o banho de floresta, prática que depende diretamente da mediação da Educação Ambiental para ser significativa e transformadora (IDEMA, 2023).

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca compreender como a Educação Ambiental é integrada e aplicada no Parque das Dunas para promover a conscientização e a preservação ambiental entre os visitantes.

A relevância do estudo reside na necessidade de compreender e fortalecer estratégias de Educação Ambiental em Unidades de Conservação, considerando a crescente demanda por experiências que promovam sustentabilidade e conexão com a natureza. Além disso, os resultados podem subsidiar políticas públicas e projetos pedagógicos voltados à Educação Ambiental, garantindo que o Parque das Dunas cumpra seu papel educativo, social e conservacionista de forma eficaz.

Conforme a Lei nº 9.795/1999, a Educação Ambiental é um processo contínuo que desenvolve consciência e habilidades para a conservação ambiental e a sustentabilidade, integrando dimensões ecológicas, sociais, culturais, éticas, políticas e econômicas. Nesse sentido, o Parque promove a educação não formal por meio de atividades lúdicas e interativas, incentivando os visitantes a atuarem de forma responsável na proteção da Unidade de Conservação (Brasil, 1999).

Portanto, o objetivo geral deste estudo é analisar a integração e a efetividade das práticas de Educação Ambiental no Parque Estadual Dunas do Natal, com foco nas atividades desenvolvidas no Bosque dos Namorados e em sua contribuição para a conscientização ambiental dos visitantes.

Fundamentação teórica

O Parque Estadual Dunas do Natal "Jornalista Luiz Maria Alves" foi instituído pelo Decreto nº 7.237, de 22 de novembro de 1977 (RN, 1977), e teve sua área regulamentada por meio do Plano de Manejo instituído pela Lei nº 10.388 (RN, 2025). Trata-se de uma Unidade de Conservação (UC) de

Proteção Integral, destinada apenas ao uso indireto de seus recursos naturais, como pesquisa científica, Educação Ambiental e turismo. De acordo com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as UCs são definidas como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Brasil, 2000).

Integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, destacando-se pelo papel estratégico na promoção da pesquisa científica, da Educação Ambiental e do turismo ecológico, bem como na proteção e preservação da megabiodiversidade e dos últimos fragmentos remanescentes de Mata Atlântica no estado do Rio Grande do Norte. O setor de uso público, conhecido como Bosque dos Namorados, concentra a infraestrutura voltada à visitação, incluindo trilhas, áreas de lazer e brinquedos, além de ser o espaço destinado à realização de atividades e projetos de Educação Ambiental direcionados a um público diversificado (IDEMA, 2025).

A área protegida é o maior parque urbano sobre dunas do Brasil e abriga o maior fragmento de Mata Atlântica no limite norte da cidade, exercendo fundamental importância para a qualidade de vida da população natalense, contribuindo tanto na recarga do lençol freático da cidade, quanto na purificação do ar. Seu ecossistema de dunas é rico e diversificado, abrigando uma fauna e flora de grande valor bioecológico, que inclui diversas espécies em processo de extinção (IDEMA, 2023).

Assim, a Educação Ambiental surge como uma ferramenta importante no processo de aprendizagem que visa desenvolver valores, conhecimentos, habilidades e atitudes sustentáveis, reconhecida como um processo contínuo e permanente, por meio do qual indivíduos e comunidades desenvolvem consciência crítica sobre o meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e atitudes que os capacitam a agir de forma individual e coletiva na prevenção e resolução de problemas ambientais, tanto presentes quanto futuros (Junior et. al., 2024).

Nesse sentido, segundo Jacobi (2003, p. 191), refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e compromissado com a sustentabilidade e a participação.

A Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), define a Educação Ambiental como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Brasil, 1999). Essa definição

evidencia a relevância de integrar práticas educativas em ambientes urbanos e naturais, favorecendo experiências de aprendizagem que considerem tanto dimensões ecológicas quanto sociais. Nesse contexto, a Educação Ambiental possibilita o desenvolvimento de práticas e reflexões que fortalecem valores de sustentabilidade e cuidado com a vida (Pereira; Santos; Nápolis, 2024).

Para que essa educação seja realmente eficaz, torna-se fundamental adotar abordagens interdisciplinares, capazes de articular diferentes informações e conhecimentos num diálogo constante entre diferentes campos do saber. Possibilita a discussão de um tema a partir de diferentes pontos de vista. É um elo entre o entendimento das disciplinas nas suas mais variadas áreas. Sendo importante, pois, abrangem temáticas e conteúdos permitindo dessa forma recursos inovadores e dinâmicos, onde as aprendizagens são ampliadas (Santos; Souza; Moreira, 2017).

Araújo e Souza (2011) destacam que, nas últimas décadas, tem sido crescente a realização de projetos e atividades ambientais, buscando sensibilizar a sociedade e fomentar o engajamento comunitário. Essa tendência acompanha orientações internacionais, em especial as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que reconhecem a Educação Ambiental como instrumento estratégico para enfrentar desafios socioambientais.

No âmbito internacional, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), reforçam a relevância da Educação Ambiental. A meta 4.7 do ODS 4 destaca a necessidade de formar indivíduos com conhecimentos e habilidades para promover o desenvolvimento sustentável, por meio de práticas pedagógicas que valorizem aspectos éticos, sociais e culturais (ONU Brasil, 2020). Já a meta 13.3 do ODS 13 enfatiza a importância da educação e da conscientização para mitigar os impactos das mudanças climáticas, promovendo uma transformação cultural e educacional que capacite cidadãos a adotarem práticas sustentáveis (ONU Brasil, 2020).

Metodologia

De acordo com Costa (2024), esta pesquisa é de caráter qualitativo e exploratório, por buscar compreender de que forma a Educação Ambiental está integrada às ações do Parque e quais contribuições oferece à sustentabilidade socioambiental.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, o estudo foi desenvolvido em três etapas principais: (i) levantamento bibliográfico, em livros, artigos científicos e documentos oficiais, visando identificar e compreender as práticas de Educação Ambiental aplicadas em Unidades de Conservação, o que permitiu estabelecer o referencial teórico do estudo; (ii) visitas em campo, ao Bosque dos Namorados, setor de uso público do Parque das Dunas, com o objetivo de registrar as atividades educativas disponíveis, incluindo trilhas interpretativas, oficinas, sala de exposições. Durante essa fase, identificaram-

se dificuldades para coleta de dados, como a variação na frequência de visitantes em diferentes períodos e a necessidade de agendamento para participar dos projetos: trilha dos sentidos e meliponário; e (iii) análise documental de legislações, documentos institucionais e materiais de divulgação elaborados pelo IDEMA, incluindo campanhas educativas associadas ao parque. Para o tratamento e análise dos dados, utilizou-se a técnica adaptada de Bardin (2011), de análise de conteúdo, que possibilitou identificar padrões, categorias temáticas e o grau de integração da Educação Ambiental às estratégias de gestão do Parque das Dunas, proporcionando uma compreensão mais ampla e estruturada sobre o tema.

Resultados e discussão

O acesso ao Bosque dos Namorados tem o valor simbólico de R$ 1,00 por pessoa, sendo isentos do pagamento crianças de até 5 anos, idosos a partir de 60 anos, escoteiros uniformizados e grupos de escolas públicas. No interior do Bosque (Figura 1), setor de uso público do Parque das Dunas, encontram-se distribuídos diversos espaços voltados ao lazer, à Educação Ambiental e à convivência social.

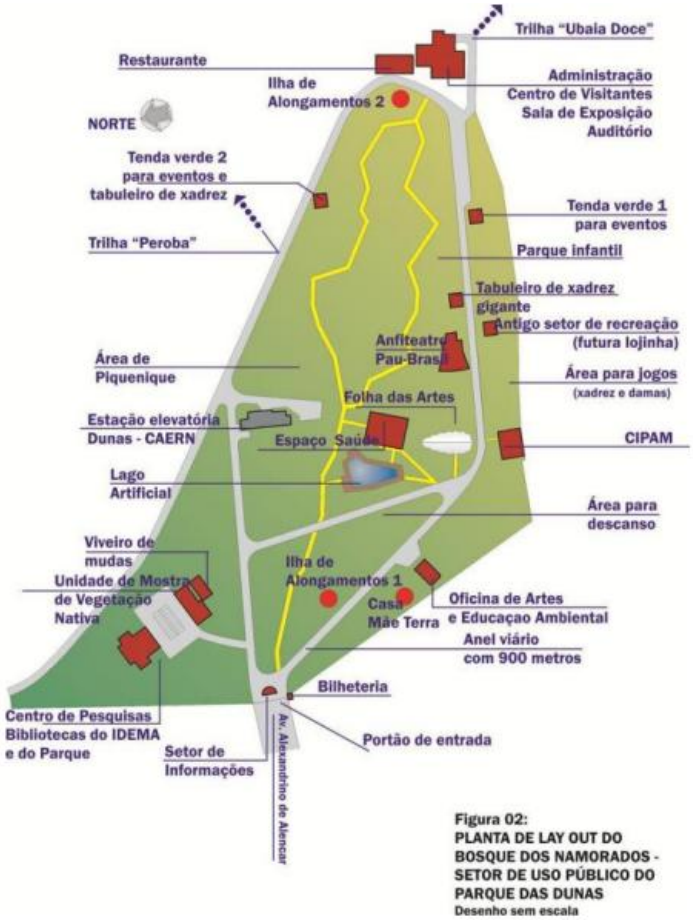

Figura 1: Mapa do Parque das Dunas.
Fonte: RN, 2025.

O Centro de Pesquisas do Parque das Dunas, juntamente com a Unidade de Mostras, a Sala de Exposições, as trilhas e os projetos de Educação Ambiental, constitui um espaço estratégico de apoio à conservação e ao ensino socioambiental. Reunindo os laboratórios de Zoologia e Botânica, o Herbário e as bibliotecas do IDEMA e do próprio Parque, atendendo ao caráter contínuo e formativo da Educação Ambiental preconizado pela PNEA e reforçando o papel do parque como polo de conservação, ensino e participação social. Esse arranjo integra produção de conhecimento, difusão científica e mediação educativa em um mesmo circuito, favorecendo práticas pedagógicas vivenciais nas trilhas e nas exposições, uso do acervo do Herbário e dos laboratórios em atividades formativas, além de iniciativas itinerantes que aproximam o parque das escolas e da comunidade.

Inicialmente, destaca-se o Laboratório de Zoologia, que desempenha papel relevante na preservação da fauna por meio da técnica de taxidermia (Figura 2a), permitindo a manutenção da forma e anatomia de animais recebidos, em sua maioria, de outras instituições em estado de óbito. Esses exemplares passam a integrar o acervo zoológico do Parque, sendo utilizados tanto em exposições quanto em atividades pedagógicas.

Figura 2: Animais taxidermizados e Exsicatas
Fonte: autoria própria (2025).

Projetos como o Parque Itinerante, cujo acervo é desenvolvido no laboratório, aproximam ciência e sociedade, cumprindo a função educativa prevista pela PNEA ao promover a sensibilização ambiental. Além disso, o setor fortalece a integração com universidades por meio de estágios e pesquisas, contribuindo para a formação acadêmica e para a produção científica.

De maneira complementar, o Laboratório de Botânica (Figura 2b), concentra suas atividades na pesquisa da flora e no suporte ao processo de herborização do material incorporado ao Herbário Parque das Dunas. Esse acervo reúne coleções botânicas do Parque e de outras regiões do Brasil, constituindo-se como fonte de pesquisa científica e como instrumento pedagógico para a valorização da biodiversidade. Desde 2018, o Herbário está indexado ao Index Herbariorum, recebendo a sigla RN, o que amplia sua

relevância no cenário científico nacional e internacional.

O Herbário, conta com aproximadamente 10 mil amostras de plantas provenientes de todas as Unidades de Conservação do Rio Grande do Norte, sendo reconhecido como o terceiro maior do Nordeste. Nesse espaço, também ocorre a produção de exsicatas, ou seja, amostras de plantas prensadas e secas em estufa sob temperatura controlada, posteriormente fixadas em cartolina de tamanho padrão (A3), acompanhadas de informações sobre o vegetal, o coletor, o identificador, a data e o local de coleta. Esse material assegura a conservação de espécimes por longos períodos, servindo como recurso valioso para pesquisas científicas e práticas educativas (RN, 2025).

Por conseguinte, o Herbário transcende sua função científica ao se consolidar como espaço de Educação Ambiental, aproximando a sociedade do conhecimento sobre a flora local e estimulando a reflexão crítica acerca da importância da conservação da biodiversidade. Por meio de visitas guiadas, atividades educativas e projetos de pesquisa, contribui para a formação de uma consciência ecológica, em consonância com os objetivos da PNEA de promover a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma, a Unidade de Mostras de Vegetação Nativa exerce papel essencial na integração entre conservação e sensibilização ambiental. O setor é responsável pela produção de mudas nativas da Mata Atlântica (Figura 3), que permanecem inicialmente em berçários até atingirem o porte adequado para o transplante nos viveiros, onde recebem luz solar direta e se fortalecem. Esse processo contribui para ações de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, além de servir como recurso pedagógico de Educação Ambiental.

Figura 3: Unidade de Mostras
Fonte: autoria própria (2025).

Adicionalmente, o espaço abriga amostras de vegetação nativa, permitindo que visitantes e comunidades tenham contato direto com a biodiversidade local. Essa iniciativa fortalece a compreensão dos ecossistemas, reforça a importância de sua preservação e insere a população no debate sobre sustentabilidade, em conformidade com a perspectiva crítica da Educação Ambiental, que busca transformar valores e práticas sociais.

Paralelamente, a Sala de Exposições, localizada na Administração da Área Protegida, é organizada em dois ambientes: Mata Atlântica e Sala das Dunas, que integra elementos da zoologia e da botânica, apresentando animais taxidermizados, espécimes em formol, uma xiloteca e exsicatas. Assim como o Centro de Pesquisas em seu conjunto, esse espaço atua como ferramenta de Educação Ambiental, promovendo o conhecimento científico e incentivando a valorização da conservação da natureza.

Além de laboratórios e salas de exposição, o Parque das Dunas dispõe de três trilhas de Educação Ambiental que possibilitam experiências diversificadas de contato com a natureza. A Trilha da Perobinha, com extensão de 800 metros, é voltada principalmente para crianças, idosos e grupos com menor resistência física, oferecendo uma introdução acessível à Mata Atlântica e promovendo a sensibilização ambiental desde os primeiros contatos.

Por sua vez, a Trilha da Peroba, com 2.800 metros, proporciona uma experiência intermediária, permitindo aos visitantes compreenderem a diversidade da vegetação nativa e refletir sobre a relação entre sociedade e natureza, destacando a importância dos serviços ecossistêmicos e da conservação da biodiversidade. O acesso a ambas ocorre a partir do mesmo ponto de entrada (Figura 4a, b, c).

Finalmente, a Trilha da Ubaia Doce, a mais longa com 4.800 metros, (Figura 4d), possibilita uma imersão completa nos ecossistemas do Parque, favorecendo a percepção da complexidade ambiental e a conscientização sobre a necessidade de estratégias de preservação de longo prazo.

Figura 4: Trilhas no Parque
Fonte: autoria própria (2025).

Além das trilhas, o Parque realiza projetos lúdicos de Educação Ambiental, como a Trilha Sensitiva (Figura 5), que estimula os sentidos tátil, auditivo e olfativo, aproximando visitantes da Mata Atlântica de maneira inclusiva, permitindo que pessoas com deficiência visual também participem ativamente.

Figura 5: Trilha Sensitiva
Fonte: autoria própria (2025).

O Meliponário de Abelhas Nativas (Figura 6), evidencia a importância das espécies sem ferrão na polinização e no equilíbrio ecológico, ao mesmo tempo em que valoriza aspectos culturais locais relacionados à produção de mel e reforça a necessidade de conservar esses polinizadores essenciais à biodiversidade. Complementando essas ações, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) promove a gestão sustentável dentro da instituição, incentivando a redução do consumo de recursos, o manejo adequado de resíduos e a responsabilidade socioambiental, demonstrando o compromisso do setor público com a sustentabilidade.

Figura 6: Meliponário
Fonte: autoria própria (2025).

Essas práticas integradas favorecem a vivência e a sensibilização ambiental, reforçando o princípio de que a Educação Ambiental deve ser participativa, interdisciplinar e transformadora, conforme estabelecido pela legislação brasileira e pela literatura especializada.

Conclusões

A inserção da Educação Ambiental no Parque das Dunas evidencia seu papel estratégico como espaço de conservação, pesquisa e promoção da cidadania, ao aproximar a comunidade das questões socioambientais e estimular a adoção de práticas sustentáveis. Por meio das trilhas educativas, das produções de mudas e amostras nativas na Unidade de Mostras, do herbário, da sala de exposições e de projetos lúdicos, o Parque oferece oportunidades de aprendizagem formal e não formal, fortalecendo a compreensão da biodiversidade local, a valorização dos ecossistemas e o engajamento da sociedade na preservação ambiental.

A Educação Ambiental desenvolvida no Parque das Dunas articula múltiplas dimensões, atuando não apenas na conservação da biodiversidade e na pesquisa científica, mas também na promoção da saúde urbana, no fortalecimento da cidadania, na inclusão social e no estímulo ao turismo sustentável. Tais ações contribuem para dinamizar a economia local por meio da visitação responsável e, ao mesmo tempo, consolidam o Parque como referência em práticas educativas que unem ciência, cultura e meio ambiente.

Embora as iniciativas em curso favoreçam a sensibilização dos visitantes, ainda se observa inclusão pedagógica limitada. Recomenda-se ampliar a oferta de recursos educativos acessíveis e fortalecer a divulgação das ações desenvolvidas, com planejamento editorial simples e canais de comunicação contínuos. A adoção de estratégias orientadas a perfis específicos de público, incluindo crianças, jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência e comunidades do entorno, tende a ampliar alcance e eficácia, promovendo participação qualificada e aprendizagem com maior impacto educativo.

Como perspectiva futura, recomenda-se desenvolver um quadro mínimo de indicadores de impacto que mensure resultados em conhecimento, atitudes e comportamentos ambientais. Por exemplo, em conhecimento, acompanhar a proporção de visitantes que identificam espécies nativas ou que compreendem normas da unidade antes e depois das atividades. Em atitudes, aplicar escalas curtas de intenção para verificar disposição de reduzir resíduos, valorizar trilhas educativas e apoiar ações de conservação. Em comportamentos, monitorar adesão ao descarte correto em áreas de uso público, retorno para novas ações formativas, participação em mutirões e envio de registros de fauna e flora em projetos de ciência cidadã.

Esses indicadores podem subsidiar políticas públicas, orientar pesquisas, apoiar capacitações e fundamentar incentivos para manutenção e

expansão dos programas. O uso sistemático desses dados tende a consolidar o Parque das Dunas como referência em gestão ambiental integrada, fortalecendo sua função educativa e social.

Além disso, é fundamental ampliar a acessibilidade e diversificar metodologias pedagógicas para atender distintos perfis de visitantes, oferecendo recursos que contemplem desde crianças em fase inicial de escolarização até jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência, garantindo oportunidades de vivenciar experiências significativas de aprendizagem.

Dessa forma, ao alinhar suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial àqueles relacionados à educação de qualidade, à vida terrestre e às cidades sustentáveis, o parque se consolida como referência em Educação Ambiental urbana e instrumento eficaz de promoção da sustentabilidade, combinando conservação ecológica, pesquisa científica e formação cidadã. A consolidação dessas práticas reafirma a importância de unidades de conservação como espaços de aprendizado, participação comunitária e transformação socioambiental, capazes de inspirar iniciativas similares em outras regiões.

Referências

ARAÚJO, C. S.; SOUZA, A. N. Estudo do processo de desertificação na caatinga: uma proposta de Educação Ambiental. **Ciência & Educação**, v. 17, n. 4, p. 975-986, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1516-73132011000400013

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei n. 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

COSTA, Leandro Silva. **Guia prático de escrita científica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Frutificando, 2024.

JACOBI, P. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, v.31, n.2, p.233- 250, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517- 97022005000200007

JACOBI, P. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade (2003). **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 118, p. 189-205, março.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Momentos ambientais**: Linha do tempo dos 75 anos da ONU, 2020. Disponível em: https://www.unep.org/ptbr/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timeline. Acesso em: 20 maio 2025.

PEREIRA, João Vitor Dutra de Lima; SANTOS, Letícia Sousa dos; NÁPOLIS, Patrícia Maria Martins. Metodologias de Educação Ambiental com enfoque na biodiversidade em unidades de conservação do Brasil: uma revisão. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 19, n. 8, p. 344-361, 2024.

RIO GRANDE DO NORTE (RN). **Decreto n. 7.237**, de 22 de novembro de 1977. Dispõe sobre desapropriação, bens situados na área das dunas, adjacente ao Oceano Atlântico, no município de Natal. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/4142_20200204_154338.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

RIO GRANDE DO NORTE (RN). **Lei n. 10.388**, de 07 de junho de 2025. Aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual das Dunas do Natal. Disponível em: http://www.parquedasdunas.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=6424&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Normas. Acesso em: 17 set. 2025.

RIO GRANDE DO NORTE (RN) (2025). Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA. **Manual de informações e procedimentos internos do Parque das Dunas**. Natal: IDEMA, ago. 2025.

SANTOS, Derli Barbosa; SOUZA, Cinthia Raquel de; MOREIRA, Leandro Márcio. Da Educação Ambiental à transformação social: reflexões sobre a interdisciplinaridade como estratégia desse processo. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 34, n. 2, p. 156–172, maio/ago, 2017. DOI: https://doi.org/10.14295/remea.v34i2.7014.